

**JUSTIFICATIVA DO ADMINISTRADOR PÚBLICO (art. 32 da Lei nº 13.019/2014 e art. 19, § 4º, do Decreto Municipal nº 2.653/2023)**

**PROCESSO Nº: 05/2023**

**OBJETO:** refere-se ao Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público, nos termos do art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 19, § 3º, II, do Decreto Municipal nº 2653, de 10 de julho de 2023, para formalização de parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, CNPJ nº 21.288.626/0001-15, para possibilitar a transferência de recursos financeiros de verbas originárias do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco destinados à fomentar e promover o desenvolvimento integral e a evolução progressiva das etapas do processo ensino-pedagógico dos alunos que apresentam deficiência intelectual, múltipla e transtorno do espectro autista (TEA), visando o desenvolvimento das competências cognitivas, cultural, social e familiar para garantir uma vida de qualidade a partir de uma formação integral, conforme Lei Municipal nº 2.078, de 05 de março de 2024.

**VALOR DA TRANSFERÊNCIA:** R\$ 332.439,00 (trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais).

**PERÍODO: EXERCÍCIO DE 2024**

**TIPO DE PARCERIA: TERMO DE COLABORAÇÃO**

**VIGÊNCIA: 10 (dez) meses**

**PÚBLICO-ALVO:** alunos com deficiência intelectual, múltipla e transtorno do espectro autista (TEA), assistidas pela APAE de Monte Carmelo.

A Secretária Municipal de Fazenda, no uso de competência atribuída pelo Decreto Municipal nº 2.653, de 10 de julho de 2023, e considerando a Lei Municipal nº 2.078, de 05 de março de 2024., vem por meio deste Termo:

**JUSTIFICAR A INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE MONTE CARMELO CONFORME LEI MUNICIPAL N.º 2.078, DE 05 DE MARÇO DE 2024.**

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal nº 13.019/2014, conhecida como “Marco Regulatório do Terceiro Setor”, estabeleceu o regime jurídico das parcerias voluntárias, com ou sem transferência de recursos financeiros, entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público;

**CONSIDERANDO** que o art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014 prevê a inexigibilidade do procedimento administrativo de Chamamento Público “*na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica*”;

**CONSIDERANDO** que a referida lei foi regulamentada em âmbito municipal pelo Decreto n.º 2.653, de 10 de julho de 2023;

**CONSIDERANDO** que o inciso II do art. 31 da Lei Federal n.º 13.019/2014 dispõe que a parceria que decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária será objeto de processo de inexigibilidade de chamamento público;

**CONSIDERANDO** que a Lei Municipal n.º 2.078/2024 autorizou o Município de Monte Carmelo a celebrar termo de fomento com a APAE para a transferência de recurso financeiro;

**CONSIDERANDO** que a proposta analisada atende ao princípio da supremacia do interesse público, pois se encontra em consonância com um dos objetivos centrais da Prefeitura de Monte Carmelo e da Secretaria Municipal de Educação, que consiste na implementação de políticas públicas que propiciem o ensino de qualidade e a inclusão social das pessoas com deficiência;

**CONSIDERANDO** que a entidade parceira indicada é organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, não remunera, nem sequer distribui lucros e/ou excedentes aos diretores, gestores ou associados, atendendo aos critérios do art. 2º, I, 'a', da Lei Federal n.º 13.019/2014 e ao disposto no Decreto Municipal n.º 2.653/2023;

**CONSIDERANDO** que o termo de colaboração é o “instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015;

**CONSIDERANDO** que a educação constitui direito social fundamental;

**CONSIDERANDO** que a Lei Orgânica do Município dispõe no art. 11, que “competete ao Município, em comum com os demais membros da federação:[...], II - cuidar da saúde e da assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência”;

**CONSIDERANDO** que a Lei Orgânica Municipal estabelece no art. 142 que: “a educação, direito de todos, é dever do Poder Público e da sociedade e deve ser baseada nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos, visando constituir-se em instrumento de desenvolvimento da capacidade de elaboração, de reflexão da realidade e estímulos ao conhecimento científico, tecnológico e artístico”;

**CONSIDERANDO** que a Lei Orgânica estabelece em seu art. 143, caput e incisos IX, X e XI, que na promoção da educação em quaisquer níveis, o Município observará dentre outros princípios, a garantia à criança com necessidades especiais, de atendimento especializado, de preferência na rede regular de ensino no que se refere à

educação básica e à prática de atividades esportivas, sobretudo no âmbito escolar; garantir participação da pessoa com necessidades especiais ou suas entidades na formulação das políticas para o setor; garantir programas de assistência integral para as pessoas com necessidades especiais não reabilitáveis(NR)34;

**CONSIDERANDO** que a Lei Orgânica estabelece em seu art. 141, III, que o Município poderá firmar convênios com entidades beneficentes e de assistência social bem como poderá estabelecer consórcios com outros municípios, visando especialmente a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e promoção de sua integração à vida comunitária;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal de nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania;

**CONSIDERANDO** que o art. 205 da Constituição Federal de 1988 dispõe que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal de 1988 em seu art. 23, caput, e incisos II e V, determina que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência e proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal nº 14.113/202, art. 7º, §3º, d, dispõe que “admitir-se-á, para efeito da distribuição dos recursos previstos no caput do art. 212-A da Constituição Federal, em relação às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, o cômputo das matrículas, na educação especial, oferecida, nos termos do § 3º do art. 58 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pelas instituições com atuação exclusiva nessa modalidade para atendimento educacional especializado no contraturno para estudantes matriculados na rede pública de educação básica e inclusive para atendimento integral a estudantes com deficiência constatada em avaliação biopsicossocial, periodicamente realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, nos termos da Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, com vistas, sempre que possível, à inclusão do estudante na rede regular de ensino e à garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida”;

Há justificativa válida, idônea e de interesse público para a celebração de Termo de Colaboração entre o Município de Monte Carmelo–MG e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Monte Carmelo, CNPJ n.º 21.288.626/0001-15, por Inexigibilidade de Chamamento Público conforme art. 31, II, da Lei Federal n.º 13.019/2014 c/c Lei Municipal n.º 2.078/2024 e art. 19, § 3º, II, do Decreto Municipal n.º 2.653, de 10 de julho de 2023, que terá por objeto a transferência de recursos financeiros visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco destinados à continuidade e aprimoramento do atendimento dos alunos com

deficiência física, intelectual, múltipla e transtorno do espectro autista ( TEA), conforme Plano de Trabalho apresentado pela OSC.

Nos termos do § 2º do art. 32 da Lei Federal n.º 13.019/2014 e § 6º do art. 19 do Decreto Municipal n.º 2653/2023, admite-se a impugnação a esta justificativa, a ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias a contar de sua publicação, no Protocolo Geral da Prefeitura de Monte Carmelo, situado na Avenida Olegário Maciel, n.º 129, 1º andar, Centro, no horário das 08:00 h às 11:30 h e das 13:30 h às 17:00 h, cujo teor deve ser analisado em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.

Monte Carmelo/MG, 13 de março de 2024.

**ANA PAULA PEREIRA**  
*Secretária Municipal de Fazenda*